

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
de Santa Catarina  
Diretoria-Geral Administrativa  
Diretoria de Material e Patrimônio

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Diretoria de Material e Patrimônio torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob o n. 155/2018, ÀS 13 HORAS DO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2018, cujo objeto é **O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, POR MEIO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**. As propostas deverão ser registradas no sítio (<http://www.comprasgovernamentais.gov.br>) até o horário da abertura da sessão eletrônica.

Os interessados poderão verificar e retirar o edital no sítio (<http://www.comprasgovernamentais.gov.br>) ou no sítio deste Tribunal (<http://www.tjsc.jus.br>) - Link: (Acesso Rápido – Licitações, Contratos e Fornecedores – Editais de Licitações – Licitações Lançadas) ou na Seção de Gerenciamento de Licitações deste Tribunal, localizada no 1º andar do Centro Executivo ACCR, Rua Presidente Coutinho, n. 232, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-230, das 12h às 19h. Contatos pelos telefones (48) 3287-2095, 3287-2032 e endereço de correio eletrônico: [licitacao@tjsc.jus.br](mailto:licitacao@tjsc.jus.br).

Florianópolis, 29 de agosto de 2018.  
Graziela Meyer Juliani  
Diretora

**MUNICÍPIO DE PENHA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**AVISO DE EDITAL**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2018-PMP**  
**TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 007/2018-PMP**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para execução de obras de pavimentação tipo recapeamento asfáltico sobre pavimento, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos que são partes integrantes do presente Processo, atendendo solicitações nº 1097 e 1213/2018 da Secretaria de Serviços Urbanos. **Cadastro:** até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas (Art. 22, § 2º, Lei nº 8.666/93). **Entrega e Abertura dos Envelopes:** 17/09/2018 às 14:30 h. **Endereço:** Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC – Sala do Empreendedor. **Coordenação do Processo:** Maikil Gileno Santos. O inteiro teor deste Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou pelo telefone (47) 3345-0200, Ramal 215. **Horário de atendimento:** das 08 às 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 30 de agosto de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA - Prefeito Municipal

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO N. 0086/2018 - ELETRÔNICO**

**Objeto:** Registro de Preços para eventual aquisição de certificados digitais A3 ICP-Brasil armazenados em tokens criptográficos USB.

**Total de itens licitados:** 01.

**Edital:** 31/08/2018, das 12 às 17 horas.

**Endereço:** Rua Esteves Júnior, 80, Centro - Florianópolis/SC.

**Endereços eletrônicos para obtenção do edital:** [www.tre-sc.jus.br](http://www.tre-sc.jus.br), menu "Transparência"

# DE PONTO A PONTO

Nestas duas páginas, seis colunistas da NSC Comunicação destacam diariamente os principais assuntos discutidos em suas regiões e que todo o Estado precisa saber

## LITORAL NORTE

# Pedágio de Bombinhas será avaliado pelo STF

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA** encaminhou recurso ao Ministério Público de SC



**DAGMARA SPAUTZ**

[dagmara.spautz@somosnsc.com.br](mailto:dagmara.spautz@somosnsc.com.br)

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) aceitou encaminhar ao Supremo Tribunal Federal (STF) um recurso do Ministério Público estadual (MPSC) contra o pedágio ambiental de Bombinhas, cobrado desde 2015. Caberá à última instância do poder judiciário brasileiro avaliar se os termos da lei que instituiu a Taxa de Preservação Ambiental (TPA) ferem a Constituição.

O recurso é assinado pelo procurador de Justiça Rogê Macedo Neves, coordenador de recursos cíveis do MPSC, e aguardava desde junho um parecer do TJSC para o encaminhamento à Suprema Corte. O Ministério Público alega que é preciso evitar a multiplicação de tributos "que a

DIORGENES PANDINI, BD, 15/2/2017



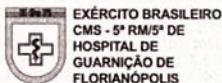
Taxa de preservação ambiental é cobrada desde 2015

pedágio, em fevereiro do ano passado, teve votação apertada, de 13 votos a 10. Entre os votos favoráveis, que foram maioria, pesou a tese de que Bombinhas é afetada pela alta carga turística, e que a cobrança da TPA seria uma forma de minimizar os danos.



**Entrega das Propostas:** a partir de 31/08/2018, às 12 horas, no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).  
**Abertura das propostas:** 17/09/2018, às 14 horas, no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

Heloísa Helena Bastos Silva Lübke  
Coordenadora de Julgamento de Licitações



EXÉRCITO BRASILEIRO  
CMS - 5ª RM/5ª DE  
HOSPITAL DE  
GUARANIÓPOLIS

MINISTÉRIO DA  
DEFESA

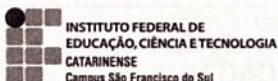
GOVERNO  
FEDERAL

### AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 15/2018

(NUP 64589.003500/2018-50)

Objeto: Registro de Preços para aquisição de aparelhos auditivos. Total de item licitado: 10 (dez). Disponibilidade do edital: 31 de agosto de 2018. Inclusão da proposta: até às 10:00h de 17 de setembro de 2018. Ambos no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

Florianópolis-SC, 31 de agosto de 2018  
SÉRGIO LUIS HAMMES – Tenente Coronel  
Diretor do HGuFI



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
CATARINENSE  
Campus São Francisco do Sul

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

GOVERNO  
FEDERAL

### AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico (SRP) nº 05/2018  
UASG: 152290

**PROCESSO Nº: 223476.000193/2018-45 – OBJETO:** o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Plataforma de Acessibilidade para pessoas com deficiência física e mobilidade reduzidas para o pavimento superior do Instituto Federal Catarinense Campus São Francisco do Sul e demais órgãos participantes. **DISPONIBILIDADE DO EDITAL:** A partir de 30/08/2018. **LOCAL E HORÁRIO PARA RETIRADA DO EDITAL:** Os interessados poderão obter o Edital na Coordenação-Geral de Compras, Licitações e Contratos do Instituto Federal Catarinense – Campus São Francisco do Sul, situada à Rodovia Duque de Caxias km 6, S/N – Iperoba, São Francisco do Sul/SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira e/ou nos sites [www.saofrancisco.ifc.edu.br](http://www.saofrancisco.ifc.edu.br) e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). **ENTREGA DAS PROPOSTAS:** A partir de 30/08/2018, às 08h00min no site: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 12/09/2018 às 09h00min no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). **INFORMAÇÕES ADICIONAIS:** Fones: (47) 3233-4020 e/ou via e-mail: [compras.sfs@ifc.edu.br](mailto:compras.sfs@ifc.edu.br).

Amir Tauille  
Diretor Geral Pro tempore  
IFC - Campus São Francisco do Sul

pretense de garantia de mecanismos de proteção ao meio ambiente, acabam por não se enquadrar no conceito constitucional de taxa, além de restringir a circulação de pessoas e bens”.

A procuradoria afirma, no recurso, que a TPA de Bombinhas fere a Constituição Federal e a do Estado ao cobrar uma taxa que não oferece, em troca, um serviço específico a ser prestado pelo poder público – como prevê a legislação. Também aponta para tratamento desigual entre contribuintes, uma vez que há uma série de isenções previstas na TPA e prazo limitado de cobrança.

No recurso, o procurador diz que a decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que manteve a cobrança, incentivará a criação de outras taxas similares pelo país “com sérios vícios de inconstitucionalidade (...) no que concerne às limitações do poder de tributar”.

A decisão do TJSC que manteve a cobrança do

O prefeito de Bombinhas, Paulo Hammes (PSDB), diz estar certo de que a taxa será considerada constitucional pelo STF. O pedágio ambiental representa um importante reforço na arrecadação da cidade. Neste ano, o volume de taxas pagas chegou a R\$ 8 milhões. O valor não incluiu os inadimplentes, que chegam a 50% dos turistas.

Desde o ano passado, um Conselho Gestor determina a aplicação dos recursos do pedágio. Um dos processos em andamento é o de despoluição dos rios de Bombinhas, que será custeado pela taxa. A prefeitura investiu, no último verão, em serviços de limpeza, manutenção das praias e trilhas, e compra de lixeiras.

No entanto, a maior parte do que é arrecadado vai parar na conta do consórcio TD, que administra o pedágio. Foram R\$ 9,5 milhões em quatro anos. O contrato foi renovado recentemente pelo município, até abril do ano que vem.

## VALE DO ITAJAÍ

# DNIT explica impacto de aterros na BR-470



**PANCHO**

pancho  
@somosnsc.com.br

Foi produtiva a reunião de ontem à tarde, em Blumenau, do superintendente catarinense do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), Ronaldo Carioni Barbosa, com o presidente da Associação de Moradores da Rua Romário Conceição Badia e Transversais, Leandro

Galdino, e o coordenador político do deputado estadual Ismael dos Santos, Emerson Antunes. A comunidade teme pelos efeitos dos aterros colocados para a duplicação da BR-470 na região da Rua 1º de Janeiro, primeira a ser tingida em uma

enchente em Blumenau.

Carioni admite que as cotas de enchente devem mudar, mas também elencou alguns benefícios, como o fato da água que antes ficava represada ganhar mais vazão a partir de agora com a obra de duplicação. Não só pelo sistema de drenagem instalado, mas também pela ligação dos dois trechos da 1ª de Janeiro, que hoje é dividida pela rodovia federal, e por outros viadutos a serem erguidos no local.

O superintendente também lembrou que a prefeitura de Blumenau conhecia o projeto, com todos os aterros previstos. Além disso, a comunidade também teve a oportunidade de opinar e sugerir mudanças no que estava previsto para ser executado em audiência pública que foi promovida pelo DNIT antes da obra começar.